

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA (CBMSC).

EDITAL 001-2024/DP/CBMSC.

PROVA DE MÉRITO INTELECTUAL - (Prova Objetiva).

NÚMERO DA PROVA 2

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

ATENÇÃO: Informe o número da sua prova no cartão-resposta. O cartão-resposta que não contiver o número da prova, será corrigido pelo gabarito **01**.

1. Na sala de provas não será permitido ao candidato usar óculos escuros e acessórios de chapelaria como boné, chapéu, gorro, cachecol, manta, luvas; entrar ou permanecer com armas, quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como máquinas calculadoras, agendas eletrônicas e similares, telefones celulares, fones de ouvido, *smartphones*, *tablets*, *ipod®*, gravadores, *pen drive*, mp3 e similar, relógio, qualquer receptor, transmissor de dados e mensagens. O descumprimento desta determinação implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo Interno, cabendo neste caso, as medidas administrativas disciplinares.

2. Caso o candidato esteja portando algum dos aparelhos/equipamentos citados no item anterior, exceto armas de fogo, estes deverão ser acondicionados desligados em invólucro distribuído pelo fiscal de sala, sendo **acomodado embaixo de sua cadeira**, antes do início das provas, somente poderão ser removidos do invólucro, após a saída do candidato da sala de provas. O descumprimento desta determinação implicará na exclusão do candidato, cabendo, neste caso, as medidas administrativas disciplinares.

3. Durante a realização da prova objetiva, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta em material transparente, lápis, borracha, documento de identidade, alimentação em embalagem transparente e uma garrafa translúcida de água, sem rótulo.

4. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.

5. Verifique seus dados no cartão-resposta (nome e número de inscrição) e **assine** o mesmo.

6. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul, ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta, serão anuladas.

7. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem, confira-o com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.

8. Confira se a sua prova tem **50** questões, cada qual com **4 alternativas**.

9. A prova objetiva terá duração máxima de **04 (quatro) horas**. Não será fornecido tempo extra para preenchimento do cartão-resposta.

10. O candidato só poderá retirar-se do local de provas, após **01 (uma) hora**, a partir do efetivo início das mesmas.

11. O candidato somente poderá levar o caderno de prova, após decorridas **02 (duas) horas de realização da mesma**.

12. Os **3 (três)** candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, só poderão sair juntos, após o fechamento do envelope, contendo os cartões-respostas dos candidatos presentes e ausentes, assinarem no referido envelope, atestando que este foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

MANUAIS ADMINISTRATIVOS.

01. Marque a alternativa correta sobre o uso de pulseiras por parte das Bombeiros Militar, de acordo com o manual de apresentação pessoal.

- a) Fica permitido até uma pulseira metálica, couro ou similar, em cada pulso, com pingente, desde que formado por apenas uma volta, com espessura máxima de 3mm.
- b) Fica permitido até duas pulseiras metálicas, couro ou similar, em cada pulso, com pingente, desde que formado por apenas uma volta, com espessura máxima de 3mm.
- c) Fica permitido até duas pulseiras metálicas, couro ou similar, em um pulso, com pingente, desde que formado por apenas uma volta, com espessura máxima de 2mm.
- d) Fica permitido até uma pulseira metálica, couro ou similar, em cada pulso, com pingente, desde que formado por apenas uma volta, com espessura máxima de 2mm.

02. De acordo com o manual de apresentação pessoal, no que se refere ao uso de pulseiras por parte dos Bombeiros Militar, marque a alternativa correta.

- a) Não é permitido.
- b) Fica permitido até duas pulseiras metálicas, couro ou similar, em um pulso, com pingente, desde que formado por apenas uma volta, com espessura máxima de 2mm.
- c) Fica permitido uma pulseira metálica, couro ou similar, desde que formado por apenas uma volta, com espessura máxima de 3mm.
- d) Fica permitido uma pulseira metálica, couro ou similar, desde que formado por apenas uma volta, com espessura máxima de 2mm.

03. O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), órgão da administração direta do Governo do Estado, voltado à preservação da ordem pública, da integridade das pessoas e do patrimônio, identificou a necessidade de regulamentar os procedimentos relativos às políticas de Comunicação Institucional, visando padronizar e fortalecer a imagem organizacional, trazendo uma linguagem única e coerente do direcionamento da corporação. Diante disso, é essencial estabelecer estratégias que visem levar ao público uma identidade unificada e positiva da instituição em todo o estado. O manual de Comunicação Institucional do CBMSC, portanto, é a base para regulamentar os procedimentos que devem ser adotados na corporação, voltados à normatização de todos os tipos de comunicação institucional, podendo ser ela:

- a) Interna ou externa, verbal ou não verbal, escrita, visual, sonora, etc.
- b) Interna, verbal, escrita, visual, sonora, etc.
- c) Interna ou externa, verbal ou escrita, visual, sonora, etc.
- d) Interna ou pública, verbal ou escrita, visual, sonora, etc.

04. De acordo com o Manual de Comunicação institucional do CBMSC, analise as afirmativas e marque a alternativa correspondente.

I- Os bombeiros militares, comunitários, guarda-vidas e funcionários civis são todos participantes do processo de preservação e manutenção da imagem do CBMSC, sendo difusores, por excelência, dos valores da Instituição.

II- A apresentação pessoal, postura, conduta em algumas situações, refletem na imagem da instituição, estimulando e exigindo atitudes de respeito, credibilidade e admiração perante à sociedade.

III- O militar tem uma grande responsabilidade no processo. Todos os militares fardados, precisam compreender seu papel como agente fundamental da comunicação institucional do CBMSC.

IV- A postura dos integrantes é refletida diretamente na imagem do CBMSC, uma vez que existe uma linha tênue entre a opinião pessoal do colaborador com a consolidada pela instituição.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.

- b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I, e IV estão corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

05. O manual de Redação e Documentos é um complemento ao manual de “Padronização e Redação dos Atos Oficiais do Estado de Santa Catarina” e de suas alterações, os quais devem ser seguidos na íntegra.

Em relação aos aplicativos de mensagens instantâneas (_____ e _____), estes não devem ser utilizados como meio oficial de correspondência e tramitação, exceto nos casos regulamentados. Tais aplicativos podem ser usados para comunicação não oficial entre as partes, a fim de torná-la ágil, dinâmica e econômica.

Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- a) WhatsApp / Instagram
- b) Instagram / MSN
- c) WhatsApp / MSN
- d) WhatsApp / Telegram

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO.

06. Atribua (V) verdadeiro ou (F) falso aos itens e marque a alternativa correta.

O Decreto n.º 1.908, de 9 de maio de 2022, regulamenta a Lei n.º 16.157, de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção, segurança contra incêndio, pânico e estabelece outras providências. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se atividades econômicas de risco baixo, aquelas com reduzida possibilidade de danos às pessoas, ao patrimônio ou ao meio ambiente, sendo exercidas:

I- Por empreendedor em área não edificada e transitória, como ambulantes, carrinhos de lanches em geral, *food trucks*, barracas itinerantes, trios elétricos, carros alegóricos e similares.

II- Por empreendedor em área não edificada (ambulante), mas que possua ponto fixo durante determinado período do dia ou da noite e que faça uso de estruturas de tendas ou toldos como área de apoio com até 60 m² (sessenta metros quadrados).

III- Em torres de transmissão, estações de antena ou de serviço que não sejam locais de trabalho fixo e que não possuam características de local habitável.

- a) F – V – V.
- b) V – F – V.
- c) V – V – F.
- d) V – V – V.

07. Verificada a regularidade de um imóvel perante as Normas de Segurança Contra Incêndio (NSCI), o CBMSC concederá:

I- Atestado para construção, reforma ou ampliação de imóveis.

II- Atestado para habite-se.

III- Atestado para funcionamento.

IV- Atestado de regularização para funcionamento de imóveis em processo de regularização.

Marque a alternativa verdadeira referente aos itens.

- a) Somente I e IV estão corretos.
- b) Somente II e III estão corretos.
- c) Somente a I, III e IV estão corretos.
- d) I, II, III e IV estão corretos.

08. Para os processos simplificados, a concessão dos documentos de que tratam os incisos I e II, do *caput* do art. 3º, do Decreto 1.908/2022, será realizada mediante entrega de:

- a) Autodeclaração e/ou emissão do Relatório de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (RPCI).

- b) Declaração e/ou emissão do Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (PPCI).
- c) Autodeclaração e/ou emissão do Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (PPCI).
- d) Declaração e/ou emissão do Relatório de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (RPCI).

09. Para imóveis, a aplicação das Normas de Segurança Contra Incêndio (NSCI), nos casos descritos no *caput* do art. 1º, do Decreto n.º 1.908, de 09/05/2022, será feita da seguinte forma:

- a) Antes de iniciar construção, reforma, ampliação de imóveis ou mudança de ocupação, que importe em redimensionamento dos sistemas e das medidas de SCI, o responsável deve providenciar a execução do PPCI pelo CBMSC, conforme os critérios estabelecidos em Instrução Normativa (IN).
- b) A execução dos Sistemas e Medidas de Segurança contra Incêndio e Pânico (SMSCI) deve ocorrer de acordo com o Projeto de Prevenção e Segurança contra Incêndio (PPCI).
- c) Depois da construção, ampliação ou alteração do imóvel e da execução dos SMSCI e antes de sua ocupação, o responsável deve solicitar o habite-se ao CBMSC.
- d) Restando os SMSCI da edificação em conformidade com o Projeto de Prevenção e Segurança contra Incêndio (PPCI), o CBMSC emitirá atestado de prevenção indicando que a edificação está devidamente regularizada.

10. Segundo a Instrução Normativa n.º 01, qual é a definição de ocupação mista?

- a) Aquela na qual a área destinada às ocupações secundárias seja superior a 10% (dez por cento) da área total da edificação, caracterizando-se também como ocupação mista as edificações que possuam em qualquer pavimento, ocupações secundárias estabelecidas em área igual ou maior a 90% (noventa por cento) do mesmo pavimento.
- b) Aquela na qual a área destinada às ocupações secundárias seja superior a 20% (vinte por cento) da área total da edificação, caracterizando-se também como ocupação mista as edificações que possuam em qualquer pavimento, ocupações secundárias estabelecidas em área igual ou maior a 80% (oitenta por cento) do mesmo pavimento.
- c) Aquela na qual a área destinada às ocupações secundárias seja superior a 30% (trinta por cento) da área total da edificação, caracterizando-se também como ocupação mista as edificações que possuam em qualquer pavimento, ocupações secundárias estabelecidas em área igual ou maior a 70% (setenta por cento) do mesmo pavimento.
- d) Aquela na qual a área destinada às ocupações secundárias seja superior a 50% (cinquenta por cento) da área total da edificação, caracterizando-se também como ocupação mista as edificações que possuam em qualquer pavimento, ocupações secundárias estabelecidas em área igual ou maior a 90% (noventa por cento) do mesmo pavimento.

11. “Rito de tramitação e regularização oportunizado a imóveis com características específicas de risco e complexidade, no qual o uso de autodeclaração e fiscalização posterior possibilitam maior facilidade na obtenção dos atestados emitidos pelo CBMSC.”

Segundo a Instrução Normativa 01, este texto é a definição de qual processo?

- a) Processo ordinário.
- b) Processo fiscalizatório.
- c) Processo padronizado.
- d) Processo simplificado.

12. Os imóveis são classificados em níveis de risco considerando os aspectos relacionados à ocupação, complexidade dos Sistemas e Medidas de Segurança contra Incêndio e Pânico (SMSCI), necessários no local e atividade, econômica ou social, desenvolvida. Qualquer atividade desenvolvida em imóveis com as características definidas no Anexo A2, da Instrução Normativa 01, são classificados em qual risco?

- a) Risco I.
- b) Risco II.
- c) Risco III.
- d) Risco IV.

13. Conforme a Instrução Normativa 05, para as edificações existentes pode ser concedido o atestado de edificação em regularização desde que comprovada a instalação de, no mínimo, _____ dos sistemas e medidas de Sistema de Combate a Incêndio (SCI), considerados vitais previstos em PPCI ou do dimensionamento realizado pelo vistoriador. Marque a alternativa que preencha, corretamente, a lacuna.

- a) 40%
- b) 50%
- c) 60%
- d) 70%

14. Os Sistemas e Medidas de Segurança contra Incêndio e Pânico (SMSCI), considerados vitais, estão previstos na tabela de qual anexo da Instrução Normativa n.º 05? Marque a alternativa correta.

- a) Anexo A.
- b) Anexo B.
- c) Anexo C.
- d) Anexo D.

15. De acordo com a Lei n.º 16.157, de 7 de novembro de 2013, os responsáveis por manter os dispositivos e sistemas de segurança contra incêndio e pânico em condições de utilização, adotar os dispositivos e sistemas de segurança contra incêndio e pânico adequados à efetiva utilização do imóvel, são:

- a) O vistoriador e o Projetista.
- b) O proprietário do imóvel e o seu possuidor direto ou indireto.
- c) O autor do projeto e o encarregado de execução.
- d) O encarregado de execução e o proprietário.

DIREITO MILITAR E PROCESSUAL MILITAR.

16. Segundo o Mestre do Direito Penal Brasileiro, Fernando Capez, crime é "todo fato humano que, propositadamente ou descuidadamente, lesa ou expõe a perigo bens jurídicos considerados fundamentais para a existência da coletividade". De acordo com o Direito Brasileiro, há crimes comuns e crimes militares, e estes subdividem-se entre crimes militares em tempos de paz e em tempos de guerra. Já a sanção prevista para o cometimento de crimes se divide em penas principais e acessórias. Das alternativas, marque aquela que há correspondência, segundo o Código Penal Militar, entre a pena e se é considerada como principal ou acessória.

- a) Indignidade para o oficialato é uma pena principal.
- b) O impedimento é uma pena acessória.
- c) Exclusão das forças armadas é uma pena acessória.
- d) Reforma é uma pena acessória.

17. O Código Penal Militar Brasileiro foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 1001, de 21 de outubro de 1969. De acordo com este Código, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de insubmissão não admite redução de pena.
- b) O crime de criação ou simulação de incapacidade física admite a forma culposa.
- c) O crime de descumprimento de missão não admite, em caso algum, o aumento de pena.
- d) O crime de omissão de providências para salvar comandados admite a forma culposa.

18. A Justiça Militar Brasileira foi criada em 1808, quando da Vinda da Família Real Portuguesa para o País. Atualmente, a Justiça Militar encontra previsão constitucional nos arts. 122 a 124, da Constituição da República Federativa do Brasil (CR), de 1988. Já no Estado de SC, a Lei Complementar Estadual n.º 339, de 08 de março de 2006, dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, estabelece outras providências e trata da competência da Justiça Militar Estadual. De acordo com esta Lei é correto afirmar:

- a) Que compete à Justiça Militar processar e julgar somente os policiais militares estaduais pelos crimes militares.
- b) Que uma das competências da Justiça Militar é processar e julgar ações judiciais contra ato de autoridade militar que tenha origem em transgressão disciplinar, ressalvada a competência do Júri quando a vítima for civil.
- c) Que compete à Justiça Militar decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- d) Que compete à Justiça Militar processar e julgar, monocraticamente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra ato de autoridade militar que tenha origem em transgressão disciplinar.

19. O Código de Processo Penal Militar (CPPM) Brasileiro, foi instituído pelo Decreto-lei n.º 1.002, de 21 de outubro de 1969, e disciplina o processo penal relativo aos crimes militares. No seu art. 1º, dispõe: “O processo penal militar reger-se-á pelas normas contidas neste Código, assim em tempo de paz como em tempo de guerra, salvo legislação especial que lhe for estritamente aplicável.” Desta forma, de acordo com o CPPM, é correto afirmar:

- a) Que não se admite, em hipótese alguma, a aplicação em território nacional de tratado ou convenção que o Brasil seja signatário em matéria de Processo Penal Militar, sob pena de ofender a soberania nacional.
- b) Que por ser o Código de Processo Penal Militar uma lei especial, não admite o suprimento de casos omissos.
- c) Que as normas processuais previstas no CPPM não se aplicam aos processos da Justiça Militar Estadual de Santa Catarina.
- d) Que a ação penal e pública somente podem ser promovidas por denúncia do Ministério Público Militar.

20. No que se refere ao Inquérito Policial Militar (IPM), o Código de Processo Penal Militar (CPPM), art. 9º dispõe: “O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.” O IPM é iniciado, sempre, mediante portaria. Assim, marque a alternativa que não corresponda a uma das possibilidades para iniciativa do IPM, de acordo com o art. 10, do CPPM.

- a) Pode ser iniciado por decisão do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 25, do CPPM.
- b) Pode ser iniciado de ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, atendida a hierarquia do infrator.
- c) Pode ser iniciado por requerimento da parte ofendida ou de quem legalmente a represente, ou em virtude de representação devidamente autorizada de quem tenha conhecimento de infração penal, cuja repressão caiba à Justiça Militar.
- d) Pode ser iniciado quando, de sindicância feita em âmbito de jurisdição militar, resulte indício da existência de infração penal militar.

DIREITO APLICADO À ATIVIDADE BOMBEIRO MILITAR.

21. O Direito regula a vida em sociedade e tem três espécies de fontes que são: históricas, materiais e formais, ou seja, o Direito está em constante evolução, possibilitando a criação e a adequação das normas à vida em sociedade. No Direito Brasileiro existem os mais

diversos tipos de normas – como, por exemplo, a Constituição da República, a Constituição Estadual, Leis ordinárias, etc. – e há uma hierarquia entre elas. De acordo com estes tipos de normas existentes no Direito Brasileiro, marque a alternativa correta.

- a) A Emenda Constitucional deve ser aprovada por maioria simples do Congresso Nacional em turno único.
- b) A Lei Complementar necessita de um processo de aprovação mais rigoroso, sendo necessário para sua aprovação maioria absoluta do Congresso Nacional.
- c) A Lei Delegada é elaborada pelo Congresso Nacional a partir de delegação específica do Presidente da República.
- d) A Portaria é, no Direito Administrativo Brasileiro, ato jurídico originário do Poder Legislativo, que contém ordens/instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos.

22. A Constituição da República, de 1988, estabelece que o Corpo de Bombeiros Militar é um dos órgãos responsáveis pela segurança pública, que é dever do Estado. O art. 42, da Constituição, dispõe que “Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.” A Constituição do Estado de Santa Catarina (CE), dispõe sobre a organização e as atribuições do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina (CBMSC). De acordo com a CE, assinale a alternativa que não é uma das atribuições do CBMSC.

- a) Realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar.
- b) Colaborar com órgãos da defesa civil.
- c) Exercer a Polícia judiciária militar, nos termos da lei federal.
- d) A supervisão dos serviços de segurança privada.

23. De acordo com o Mestre Hely Lopes Meirelles, serviço público “é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniência do Estado.” Todo membro do Corpo de Bombeiros Militar é um servidor público, portanto, a serviço do Estado e da Sociedade, assim como os mais diversos órgãos pertencentes à Administração Pública, Direta ou Indireta. Desta forma, assinale a alternativa que contenha a entidade e sua correta classificação administrativa.

- a) O Banco Central do Brasil é uma fundação pública.
- b) A Petrobrás Gás S.A. possui personalidade jurídica de direito público.
- c) O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma autarquia.
- d) A Companhia Nacional de Abastecimento possui personalidade jurídica de direito público.

24. O domicílio da pessoa é o seu asilo inviolável, de acordo com o disposto no art. 5º, XI, da Constituição da República Federativa do Brasil (CR), de 1988. Porém, em alguns casos excepcionais, esta inviolabilidade pode ser relativizada. Desta forma, marque, dentre as alternativas, aquela que não corresponde a uma destas exceções à inviolabilidade do domicílio da pessoa.

- a) Durante o dia, mesmo sem consentimento do titular do direito e sem determinação judicial.
- b) Em caso de flagrante delito.
- c) Em caso de desastre.
- d) Para prestar socorro.

25. O Código Penal define os princípios da Teoria Geral do Direito Penal, bem como os crimes e as sanções cabíveis, tipificando determinadas condutas praticadas pelo agente. Dentre as alternativas, marque aquela que corresponde ao tipo de crime e ao bem protegido pelo Estado, de acordo com este Código.

- a) Sequestro e crime contra o patrimônio.
- b) Estupro e crime contra a pessoa.

- c) Explosão e crime contra o patrimônio.
- d) Desacato e crime contra a Administração Pública.

DIRETRIZES OPERACIONAIS.

26. De acordo com a Diretriz Operacional n.º 14, a coordenação geral do serviço de combate a incêndios é realizada pelo _____ do CBMSC. A coordenação regional é de competência do respectivo comandante de Batalhão, observando as normativas gerais definidas pelo CBMSC e as ordens superiores. As normativas gerais têm como função orientar as atividades de capacitação, _____, construção de referências técnicas, bem como assessorar a compra de veículos e equipamentos. As normas gerais definidas pelo CBMSC são elaboradas com a participação da Coordenadoria de Combate a Incêndio Estrutural, objetivando a inovação e o aprimoramento de um serviço eficiente e seguro no controle e extinção de incêndios. Além da _____ do ciclo operacional de combate a incêndio por intermédio da interligação das fases do ciclo operacional do corpo de bombeiros.

Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- a) Comandante-Geral, prevenção, obrigatoriedade
- b) Subcomandante-Geral, atualização, operacionalização
- c) Subcomandante-Geral, criação, aplicação
- d) Comandante-Geral, prevenção, operacionalização

27. Conforme a Diretriz Operacional nº 14, quais são os quatro passos fundamentais que culminam para o processo de elaboração do plano de ação?

- a) Identificação do problema, análise da situação e levantamento de possíveis causas, tomada de decisão, elaboração de um plano de manejo do fogo.
- b) Identificação do problema, análise da cena e levantamento de possíveis causas, tomada de decisão, elaboração de um plano de enfrentamento ao fogo.
- c) Identificação do problema, análise e levantamento de possíveis soluções, tomada de precisão, elaboração de um plano de enfrentamento ao fogo.
- d) Identificação do problema, análise da situação e levantamento de possíveis soluções, tomada de decisão, elaboração de um plano de enfrentamento ao fogo.

28. Os objetivos da Diretriz Operacional n.º 15 são:

I- Padronizar as ações de planejamento, preparação, acionamento, instalação e coordenação das operações do CBMSC por meio do SCO.

II- Listar os materiais e equipamentos avançados para viabilização e uso da ferramenta.

III- Atribuir às Organizações Bombeiro Militar (OBM) ações de treinamento que promovam a implementação dos princípios fundamentais e aprimoramento do uso da ferramenta SCO.

Consernente aos itens, marque a alternativa certa.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente os itens I e II estão corretos.
- d) Todas os itens estão corretos.

29. Conforme o texto da Diretriz Operacional n.º 15, o SCO é a ferramenta gerencial padrão do CBMSC. As ações de gerenciamento de todas ocorrências de grande vulto e/ou operações em situações críticas devem ocorrer com o uso do SCO. Os princípios, estrutura organizacional e características básicas dessa ferramenta gerencial definem sua aplicação em situações críticas e situações planejadas. Marque a alternativa que elenca, corretamente, os princípios do SCO.

- a) Concepção sistêmica, contingencial, concepção para todos os riscos e operações.
- b) Comando (único ou unificado), *Staff* de assessoria do comando: segurança, ligações, informações ao público e secretaria, *Staff* geral: operações, planejamento, logística e

administração/finanças.

c) Emprego de terminologia comum, uso de formulários padronizados, estabelecimento e transferência formal de comando.

d) Cadeia e unidade de comando, comando único ou unificado, organização modular e flexível.

30. A Diretriz Operacional n.º 29, classifica as Atividades Emergenciais e Não Emergenciais. Em seu texto são consideradas classes de atividade emergencial: acidente de trânsito, atendimento pré-hospitalar, incêndio, produtos perigosos, salvamento/busca/resgate, averiguação/manejo de _____, averiguação/corte de árvore e auxílio/apoio. É considerada classe de atividade de prevenção de serviço emergencial: _____. As atividades de prevenção de serviço emergencial são exclusivamente as atividades que possuem previsão de risco iminente, risco potencial ou se tratam de averiguação de riscos. São consideradas classes de atividade não emergencial: ações preventivas sociais, auxílio/apoio e diversos. Pode ser considerada tanto atividade emergencial como não emergencial:

Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

a) Animais, risco iminente, prevenções

b) Animais, enchentes, prevenções

c) Animais, risco potencial, auxílio/apoio

d) Insetos, risco potencial, auxílio/apoio

ASSUNTOS OPERACIONAIS.

31. As operações em incêndios seguem sempre uma rotina de atividades que se desenvolvem em uma determinada sequência. Em determinados momentos algumas das rotinas podem ocorrer ao mesmo tempo, no entanto, todas terão sido executadas ao término da operação. São doze as rotinas do CIE (Combate a Incêndio Estruturais), dimensionamento da cena, chegada ao local, conservação da propriedade e rescaldo são algumas dessas rotinas. Dentro da sequência das doze rotinas, enumere em qual ordem essas quatro rotinas mencionadas acontecem.

a) 5º, 3º, 9º e 11º.

b) 2º, 4º, 3º e 9º.

c) 1º, 6º, 8º e 10º.

d) 4º, 2º, 8º e 10º.

32. O Ciclo Operacional do Corpo de Bombeiros é o ciclo onde se identifica as principais atribuições realizadas por corporações de bombeiro em todo o mundo, realizadas de modo integrado e tendo a retroalimentação de todas as atividades de CIE como eixo central através das seguintes fases: 1ª Fase, 2ª Fase, 3ª Fase e 4ª fase. Assinale qual alternativa corresponde à 2ª Fase.

a) Ativa ou de Combate.

b) Normativa ou preventiva.

c) Passiva ou Estrutural.

d) Investigativa ou Pericial.

33. Com relação a vítimas de acidentes veiculares, resgate veicular é o procedimento utilizado para:

a) Localizar, estabilizar, acessar e transportar vítimas que estejam presas nas ferragens de um veículo acidentado.

b) Estabilizar, localizar, acessar e transportar vítimas que estejam presas nas ferragens de um veículo acidentado.

c) Estabilizar, acessar, localizar e transportar vítimas que estejam presas nas ferragens de um veículo acidentado.

d) Localizar, acessar, estabilizar e transportar vítimas que estejam presas nas ferragens de um

veículo acidentado.

34. Denomina-se rotina de resgate o conjunto de etapas que são desenvolvidas na cena da emergência durante a fase de resposta da operação de resgate veicular. Mesmo considerando que cada ocorrência é única e possui suas particularidades, a rotina de resgate deverá seguir obrigatoriamente uma sequência preestabelecida. Enumere a sequência e marque a alternativa correta quanto a ela.

- () Estabilização veicular.
 - () Acesso ao veículo.
 - () Inspeção interna de segurança.
 - () Avaliação primária.
 - () Dimensionamento da cena.
 - () Estabelecimento do comando.
 - () Avaliação secundária.
 - () Reunião Tripartida.
 - () Desencarceramento.
 - () Gerenciamento de riscos.
 - () Extração.
 - () Transporte e transferência do paciente.
- a) 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12.
b) 1, 4, 7, 6, 3, 2, 10, 8, 10, 5, 9 e 12.
c) 4, 5, 6, 7, 2, 1, 11, 8, 9, 3, 10 e 12.
d) 4, 6, 5, 8, 1, 2, 10, 7, 9, 3, 10 e 12.

35. Ciências do Fogo é um tópico introdutório dos conhecimentos empregados no CBMSC em todas as áreas relacionadas ao ciclo operacional de bombeiros. Os conhecimentos relacionados no texto visam fundamentar o estudo das atividades de bombeiro e subsidiar a construção de práticas operacionais na segurança contra incêndios, no exercício do poder de _____, na investigação em _____ e _____, e ainda no combate a incêndios _____.

Marque a alternativa que preencha, corretamente, as lacunas.

- a) Polícia fiscalizadora, incidentes, crimes, florestais
- b) Polícia administrativa, incêndios, explosões, estruturais
- c) Polícia investigativa, incidentes, crimes ambientais, florestais
- d) Polícia administrativa, incidentes, crimes, urbanos

36. Uma edificação possui diversos tipos de materiais presentes no mobiliário, os elementos construtivos, como pisos vinílicos, revestimento de paredes, tetos etc., e os elementos estruturais propriamente ditos. Cada um desses materiais reage de um modo diferente ao ser exposto ao fogo. Por isso, conhecer o comportamento dos diferentes elementos durante um incêndio é fundamental para o correto dimensionamento de cena e gerenciamento dos riscos, uma vez que, esses elementos possuem relação direta com o início, o desenvolvimento e a propagação do sinistro, bem como, com os possíveis colapsos estruturais. A _____, por exemplo, reduz sua seção gradualmente e o _____ perde sua rigidez e resistência. Já o _____, fragmenta-se quando exposto a elevadas temperaturas. Marque a alternativa que preencha, corretamente, as lacunas.

- a) madeira, aço, concreto
- b) madeira, ferro, alumínio
- c) parede, concreto, gesso
- d) telha, concreto, aço

37. O primeiro curso de capacitação em APH do Programa de Enfrentamento às Emergências e Traumas (PEET), do Ministério da Saúde, foi realizado em Brasília-DF e

contou com a participação de dois oficiais do Comando do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina (Ten PM Luiz Antônio Zanini Fornerolli e o Cap PM Joares Antônio de Lima), que ao retornarem à capital catarinense, foram os responsáveis pela realização do primeiro Curso de Formação de Socorristas em Florianópolis, isto aconteceu em janeiro de qual ano?

- a) 1990.
- b) 1991.
- c) 1992.
- d) 1993.

38. São deveres do socorrista:

- a) Garantir a sua própria segurança, a segurança do paciente e a segurança dos demais envolvidos (testemunhas, familiares, curiosos etc.).
- b) Controlar a cena e lograr acesso seguro até o veículo.
- c) Transferir o paciente para a equipe médica repassando as informações necessárias para a continuidade do cuidado do paciente, registrar os detalhes da ocorrência na ficha de APH e não encerrar o relatório pendente no sistema E-193.
- d) Conduzir, adequadamente, o paciente até uma unidade de saúde que não integre a rede de urgência e emergência.

39. A Portaria n.º 2.048, do Ministério da Saúde, que regulamenta os sistemas estaduais de urgência e emergência, apresenta a definição dos veículos utilizados no APH móvel: ambulância, veículo de intervenção rápida e outros veículos, sendo que, nesta questão, iremos nos fixar apenas nas ambulâncias, definida como “um veículo (terrestre, aéreo ou aquaviário) que se destine, exclusivamente, ao transporte de enfermos” (BRASIL, 2002). A citada Portaria, classifica as ambulâncias em seis tipos, tipo A, tipo B, tipo C, tipo D, tipo E, e tipo F.

Marque a alternativa que corresponda a tipo B.

- a) Ambulância de transporte.
- b) Viatura de intervenção rápida.
- c) Ambulância de suporte avançado.
- d) Ambulância de suporte básico.

40. A escala de coma de Glasgow é uma ferramenta utilizada para mensurar de maneira mais precisa o nível de consciência e a função cerebral de um paciente. A escala consiste em avaliar três aspectos relativos à função neurológica do paciente: abertura ocular, resposta verbal e resposta motora. Cumpra salientar que cada uma dessas funções deve ser pontuada conforme a melhor resposta apresentada. Ou seja, se a melhor resposta ocorrer em apenas um olho ou só de um lado do corpo, ainda assim ela será pontuada. Uma vítima que esteja abrindo os olhos, após a estimulação da extremidade dos dedos, verbalizando palavras isoladas, fazendo um movimento rápido de retirada quando estimulado, sem contar com a avaliação pupilar, esta vítima está classificada com quantos pontos na escala de Glasgow?

- a) 8.
- b) 10.
- c) 9.
- d) 7.

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTOS.

41. O Decreto Estadual n.º 2.497, de 29 de setembro de 2004, aprovou o Regulamento de Uniformes do CBMSC. Conforme o texto deste regulamento, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os distintivos, insígnias e condecorações são os constantes da legislação específica do CBMSC e serão afixados nos uniformes segundo estabelece este regulamento.

- b) Os bombeiros militares em trânsito por corporações militares nacionais deverão estar devidamente fardados com seus respectivos uniformes, o mesmo ocorrendo quando no exterior em missão ou visita oficial a organizações similares.
- c) O uniforme militar constitui a característica mais marcante da apresentação individual e coletiva, seu uso correto demonstra o alto grau de disciplina e orgulho pessoal do bombeiro militar.
- d) O bombeiro militar da reserva remunerada ou reformado, poderá usar o uniforme correspondente ao seu grau hierárquico em solenidades militares, ou atos cívico sociais, mediante autorização do respectivo Comandante da unidade da área, caso seja de posto ou graduação inferior ao do inativo, este deverá solicitar autorização à autoridade, hierarquicamente, superior mais próxima.

42. Os uniformes do Corpo de Bombeiros Militar do CBMSC são classificados como:

- a) Especial, básico e operacional.
- b) Especial, administrativo e operacional.
- c) Salvamento, incêndio e resgate.
- d) Túnica, farda e traje de gala.

43. Compete ao CBMSC, conforme a Lei Complementar n.º 724, de 18 de julho de 2018, sem prejuízo de outras atribuições estabelecidas em lei:

I- Realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio, de busca e salvamento, de resgate terrestre, aquático e aéreo de pessoas e bens, de atendimento pré-hospitalar.

II- Estabelecer normas de proteção e segurança contra incêndios, catástrofes ou produtos perigosos para resguardar a vida das pessoas e reduzir riscos de danos ao meio ambiente e ao patrimônio.

III- Analisar, urgentemente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e áreas de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhar, fiscalizar sua execução e impor as sanções administrativas estabelecidas em lei.

De acordo com os itens, marque a alternativa correta.

- a) Apenas I e III estão corretos.
- b) Apenas a I está correto.
- c) Apenas I e II estão corretos.
- d) Todos estão corretos.

44. São órgãos de direção do CBMSC: direção geral, direção setorial e direção operacional. Dentre as alternativas elencadas, qual pertence ao órgão de direção geral?

- a) Planejamento e gestão estratégica.
- b) Urgência e emergência.
- c) Conselho estratégico.
- d) Pessoal.

45. O _____ é o órgão de assessoramento do _____ responsável, por meio de suas seções, pelo estudo, planejamento e acompanhamento de todas as atividades do CBMSC, além de ser o intermediário do _____ no controle das atividades administrativas da Corporação.

Marque a alternativa que preencha, corretamente, as lacunas.

- a) Conselho estratégico, Comando-Geral, Subcomandante-Geral
- b) Estado-Maior Geral, Comando-Geral, Comandante-Geral
- c) Estado-Maior Geral, Comandante-Geral, Subcomandante-Geral
- d) Subcomando-Geral, Comando-Geral, Comandante-Geral

46. Os órgãos do CBMSC já existentes e os criados pela Lei Complementar n.º 724, de 18 de julho de 2018, suas atribuições, organização, estrutura, circunscrição e denominação, foram

detalhados em decreto do Chefe do Poder Executivo.

Qual é o prazo que a Lei Complementar n.º 724/2018, prevê para ser expedido esse decreto pelo Chefe do Poder Executivo?

- a) 30 (trinta) dias a contar da data de publicação da Lei Complementar n.º 724, de 18/06/2018.
- b) 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de publicação da Lei Complementar n.º 724, de 18/06/2018.
- c) 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação da Lei Complementar n.º 724, de 18/06/2018.
- d) 90 (noventa) dias a contar da data de publicação da Lei Complementar n.º 724, de 18/06/2018.

47. A Lei n.º 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, no Título I, Capítulo III, trata de qual assunto?

- a) Do Ingresso na Polícia Militar.
- b) Das Disposições Introdutórias.
- c) Da Hierarquia e da Disciplina.
- d) Do Cargo e da Função Policial Militar.

48. O art. 29, da Lei n.º 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, em seu texto descreve que o sentimento do dever, o pundonor policial-militar e decoro da classe, impõe a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensível, com a observância dos preceitos de ética policial-militar.

Alguns desses preceitos são:

I- Amar a verdade e a responsabilidade com fundamento da dignidade pública.

II- Exercer, com autoridade, eficiência e probidade as funções que lhe couberem em decorrência do cargo.

III- Respeitar a dignidade da pessoa humana.

Sobre isso, podemos afirmar que:

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.

49. De acordo com a Lei n.º 6.218, de 10/02/1983, “O compromisso a que se refere o artigo anterior terá caráter solene e será prestado na presença da tropa, tão logo o policial-militar tenha adquirido um grau de instrução compatível com o perfeito entendimento de seus deveres, como integrante da Polícia Militar, nos seguintes termos: “Ao ingressar na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir, rigorosamente, as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me, inteiramente, ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida”. Este texto corresponde a qual artigo da citada Lei?

- a) Art. 33.
- b) Art. 34.
- c) Art. 35.
- d) Art. 36.

50. De acordo com o R-3, RDME, “Quando, para preservação da _____ e do decoro da Corporação, a ocorrência exigir uma pronta intervenção, mesmo sem possuir _____ funcional sobre o transgressor, a autoridade policial-militar de _____ antiguidade que presenciar ou tiver conhecimento do _____ deverá tomar imediatas e enérgicas providências, inclusive prendê-lo “em nome da autoridade competente”, dando ciência a esta, pelo meio mais rápido, da ocorrência e das providências em seu nome tomadas”.

Marque a alternativa que preencha corretamente as lacunas.

- a) Disciplina, ascendência, maior, fato
- b) Hierarquia, antiguidade, menor, delito

- c) Disciplina, ascendência, menor, fato
- d) Disciplina, ascendência, maior, delito

RASCUNHO.